

# **Implicações das Unidades de Conservação Para os Assentamentos: O Caso do Parque Nacional da Serra da Serra da Bodoquena e do Projeto de Assentamento Canaã**

**Márcio de Araújo Pereira**

Analista Sócio-Organizacional Rural – IDATERRA/MS

Mestre em Agronegócios UFMS/Unb/UFG

Fone: (67) 318-5124 email: [mpereira@net.ms.gov.br](mailto:mpereira@net.ms.gov.br)

**Cícero Antônio Oliveira Tredezini**

Professor Adjunto UFMS/CCHS/DEA

Doutor em Geografia UNESP

Fone: (67) 345-3560 email: [tredezini@nin.ufms.br](mailto:tredezini@nin.ufms.br)

## **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar as implicações sociais, econômicas e ambientais resultantes da criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena para a comunidade de assentados do Projeto de Assentamento Canaã, verificando-se empiricamente a ação da presença de uma unidade de conservação federal do porte de um Parque Nacional na dinâmica de um assentamento. Metodologicamente o estudo baseou-se nas três dimensões do Desenvolvimento Sustentável propostos pela World Commission on Environmental Development - WCED (1987): Sociedade, Economia e Meio Ambiente, desmembrados em fatores ou critérios de sustentabilidade propostos por Altieri (1989) acrescidos ainda da metodologia para análise de sustentabilidade apresentada por Fernandez (1995). No transcorrer da análise pôde-se identificar elementos que apontam para indícios de que houve implicações nas dimensões em análise, refletindo a necessidade de se implementar programas de educação ambiental e de incorporação de novas tecnologias de produção compatíveis os objetivos de preservação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

## 1. Introdução

Os temas relativos ao meio ambiente tem sido amplamente debatidos e divulgados pelos meios de informação, sejam eles televisivos, digitais ou impressos, havendo uma constante disseminação de propostas, e às vezes pseudo-soluções, que procuram opções de preservação e utilização “racional” dos recursos naturais do planeta. Entretanto, palavras ou ações inócuas, não são suficientes e muitas vezes comprometem ainda mais os sistemas naturais afetados pela influência ou ausência da presença humana.

A relação entre população e conservação da natureza tem sido marcada por problemas de diversas ordens e magnitudes (Brito, 2003). O conflito em geral origina-se da idéia da existência de oposição entre homem e natureza (Vianna et al., 1994), baseando-se no princípio de que o predomínio do homem sobre o mundo natural e vegetal foi pré-condição básica da história humana (Thomas, 1993). Esta visão antropocêntrica predominava entre filósofos e teólogos ingleses no início da era moderna, onde se definia a condição especial e superior do homem e justificava-se seu domínio sobre todas as criaturas. Somente nos séculos XVII e XVIII, quando os naturalistas começaram a estudar a natureza em si e não mais em termos de suas analogias com o homem, que a visão antropocêntrica foi rebatida (Brito, 2003).

Não há uma fórmula mágica ou um modelo seguro e preciso para todas as nações que possa garantir a preservação e conservação dos recursos naturais, mesmo em nações com dimensões consideráveis (Brasil, por exemplo) há peculiaridades regionais que não permitem a adoção de um modelo único e imutável de proteção ambiental. Neste sentido, ao tratar-se de proteção ambiental, evidenciam-se distintamente dois modelos globais, um baseado nos Parques Nacionais americanos, no qual a presença humana é sempre degradadora (adotado no Brasil), tendo como marco fundamental o conceito moderno de unidade de conservação (UC) surgido com a criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, nos EUA, em 1872. Segundo Diegues (1994), tal modelo configura-se em um conceito de unidade de conservação importado, que não deve ser aplicado ou transferido para países do terceiro mundo. Outro modelo desenvolveu-se na Europa, mais propriamente na França, configurando-se em um conceito de área natural protegida. Após milênios de colonização humana, muito pouco restou dos ambientes originais nesse continente. No entanto, a paisagem modificada ainda apresentava importantes atributos de beleza cênica, e estava sendo ameaçada pelo crescimento urbano e pela agricultura de larga escala.

Em ambas as iniciativas, Parques Nacionais e Naturais, pode-se perceber que a conservação da biodiversidade, como um objetivo *per se*, não aparecia como motivação para a

criação dessas primeiras modalidades de área protegida. Apenas a partir de meados do século XX a conservação da biodiversidade se tornou um objetivo explícito das unidades de conservação (Silva, 2001).

Neste trabalho confrontam-se interesses humanos de sobrevivência e subsistência com os interesses de preservação e conservação dos recursos naturais, evidenciados no estudo das implicações da implantação de uma unidade de conservação em uma área tradicionalmente ocupada por agricultores familiares habituados a extrair, sem medir os efeitos imediatos e futuros, da natureza todos os recursos possíveis para sua subsistência. O caso do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e do Projeto de Assentamento Canaã evidencia as contradições institucionais no demorado processo de decisão da implantação do Parque e visível indecisão ao não se encontrar soluções rápidas e eficazes na realocação das famílias prejudicadas pela criação em implantação do Parque.

Teoricamente a criação de uma Unidade de Conservação provoca nas regiões beneficiadas uma série de impactos, negativos ou positivos, afetando os municípios próximos, grandes e pequenos produtores rurais no entorno ou na própria área a ser regularizada, comunidades indígenas (se houver), comunidades de agricultores familiares organizados em assentamentos e outros tipos de comunidades (quilombolas, por exemplo). Entretanto a criação de uma Unidade de Conservação determinada por um decreto lei federal não é garantia nem segurança completa de sua plena instalação. Sua condução exige mais do que estabelecimento de procedimentos e normas legais, requer-se também uma política de instalação e condução das áreas criadas visando à manutenção de fato dos recursos naturais a serem protegidos. Segundo Bacha (1992), destacam-se quatro grandes problemas na condução das UC's no Brasil: morosidade na delimitação e regularização; fiscalização deficitária da área legal e do entorno das unidades; predominância dos interesses econômicos sobre os de conservação; perda de área no processo de delimitação.

Outro problema advém das diversas regras legais impostas pelos parques, principalmente quando aplicadas conforme o modelo americano adotado pelo Brasil, o qual identifica o ser humano como inimigo, invasor e posseiro das áreas delimitadas como unidades de conservação. Segundo Viana et al. (1994), as populações, principalmente localizadas no interior das U.C's, são consideradas como empecilhos aos objetivos de conservação de natureza. Diegues e Nogara (1994) ainda alertam que as populações habitantes das unidades de conservação são tratadas como degradadoras e posseiras.

Neste contexto de incertezas a respeito da implantação das Unidades de Conservação no Brasil, encontra-se o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSB). Criado em 21 de

setembro de 2000, originalmente sob a égide do preservacionismo ambiental, repousam dúvidas sobre sua implantação e até que ponto de fato será efetivado com uma Unidade de Conservação nos moldes previstos pela UNEP (United Nation Environmental Program) e mesmo pela própria legislação brasileira. Repousam ainda dúvidas sobre os impactos nas comunidades, sejam elas urbanas ou rurais, afetadas pela criação do Parque Nacional e quais influências já ocorreram (se ocorreram) e que transformações podem ser esperadas. Mais ainda, indaga-se quais influências as populações locais tem sentido em decorrência da criação do Parque e se há um confronto entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais, ou se ambos são compatíveis.

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é, apresentar as implicações sociais, econômicas e ambientais, identificadas a partir de um estudo de caso, resultantes da criação de uma unidade de conservação (Parque Nacional da Serra da Bodoquena) para uma comunidade de assentados (Projeto de Assentamento Canaã) verificando-se empiricamente a ação da presença de uma unidade de conservação federal do porte de um Parque Nacional na dinâmica de um assentamento, discutindo-se a relação do homem com a natureza e suas conseqüências positivas ou negativas.

## **2. MÉTODO**

A abordagem adotada foi classificada como quali-quantitativa, pois se considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido somente em números (Silva e Menezes, 2001).

A parte quantitativa sistematizou dados sócio-econômicos ambientais coletados através de um questionário elaborado com questões fechadas, abertas e de múltipla escolha, sendo respondido por 15 (quinze) famílias assentadas, extraídas de uma amostra aleatória de um universo de 178, atribuindo a pesquisa um percentual de 90% de confiança e erro de aproximadamente 19,5% (o assentamento é formado por 249 lotes, sendo 235 úteis e 14 comunitários), justificado o alto erro amostral pelos propósitos do estudo que se resumiram captação de implicações suficientes para o propósito do estudo.

A parte qualitativa levantou histórias de vida em busca de possíveis indícios de implicações sociais, econômicas e ambientais a respeito do Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSB) e do Projeto de Assentamento Canaã, totalizando 19 pessoas consultadas sendo ouvidas histórias e comentários dos 15 assentados selecionados pela amostra,

acrescidos de entrevistas informais com 02 técnicos do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul - IDATERRA/MS, 01 professor da Escola Municipal local e 01 analista ambiental do IBAMA.

Os questionários foram aplicados em duas etapas, a primeira objetivando extrair dados relativos ao atual período (2004), e a segunda objetivando extrair dados relativos ao período anterior à criação do Parque (2000), sendo entrevistadas as mesmas 15 pessoas em ambas as etapas, ressaltando ainda que, do número total, 4 residiam dentro dos limites do PNSB e 11 no seu entorno imediato (10 km), além de todas serem residentes no P.A. Canaã há pelo menos 5 anos, dado este importante para efeitos de comparação entre o ano 2000 (período anterior à criação do PNSB) e o período atual (2004). Considerando-se que a população, para efeito de pesquisa, foi classificada em famílias, os questionários foram respondidos pelos indivíduos identificados como “chefes de família” e/ou “proprietários do lote,” configurando-se em 14 homens 01 mulher.

Com base na revisão bibliográfica foram identificados as características e os objetivos que serviram de base para a seleção dos indicadores nesta investigação. Os indicadores selecionados para avaliação foram divididos em três dimensões: econômica, social e ambiental conforme o conceito desenvolvido pela World Commission on Environment Development (1987). Para a seleção dos indicadores, para a análise proposta, considerando-se as peculiaridades do objeto, partiu-se da construção teórica formulada por Altieri (1989), que propõe quatro fatores ou critérios fundamentais para a sustentabilidade: produtividade, estabilidade, equidade e resiliência. Acrescentou-se ainda um outro fator, a autonomia, proposto por Fernández (1995). Tais critérios, apresentados no Quadro 2.2, representam condições internas ou de relação com o exterior que podem restringir ou impulsionar os processos de desenvolvimento em direção a sustentabilidade (Moura, 2002). Neste Quadro também estão detalhados os critérios e itens analisados na pesquisa bem como sua respectiva distribuição entre as dimensões em análises:

#### **Quadro 2.2 – Objetivos específicos e fatores de análise (Elaborado pelo autor)**

	<b>Dimensão econômica</b>	<b>Dimensão Ambiental</b>	<b>Dimensão Social</b>
<b>I N D I C A D O R E S</b>	<b>Critério Produtividade</b> a) Características da produção: ⇒ Produção; Atividade agrícola e pecuária. ⇒ Áreas (utilização das terras)	<b>Critério Equidade</b> b) Conhecimento sobre o Parque Nacional da Serra da Bodoquena; ⇒ Sabe da existência do Parque; ⇒ Tem áreas dentro do PNSB; ⇒ Proximidade com o PNSB; ⇒ Mudanças com a criação do PNSB; ⇒ Conhecimento sobre a regulação dos Parques; ⇒ Posição em relação ao Parque: A favor/contra	<b>Critério Autonomia</b> b) Participação institucional; ⇒ Participação em cooperativa; ⇒ Participação em sindicato; ⇒ Participação na associação;
	<b>Critério Estabilidade</b> c) Comportamento de produção: Razão das escolhas das atuais atividades de produção; ⇒ Razões da escolha das de técnicas de produção; ⇒ Tendência de modificação do atual sistema de produção; ⇒ Propensão à produção agroecológica	<b>Critério Estabilidade</b> c) Comportamento de Preservação da ambiental; ⇒ Uso de Agrotóxicos; ⇒ Uso fogo; ⇒ Erosão; ⇒ Destino do lixo doméstico; ⇒ Desmatamento/Matas	

### 3. O PROJETO DE ASSENTAMENTO CANAÃ

Localizado no município de Bodoquena (MS), o Projeto de Assentamento Canaã (P.A. Canaã) teve início a partir de invasões da área ocorridas em 1981 e 1982, por famílias de agricultores sem terra, gerando conflito pela posse da terra. Com a decisão judicial em outubro de 1983, ordenando o desejo das famílias de posseiros, o TERRASUL e o INCRA, promoveram negociações junto aos proprietários visando uma solução para o caso, que resultou na celebração de protocolo de intenções firmado pelo TERRASUL, INCRA, FETAGRI e proprietários, para uma permuta da área por outra de mesmo tamanho no município de Camapuã (IDATERRA, 2001).

O Assentamento Canaã apresenta uma área de 4.491.2385 hectares divididos em 235 lotes úteis, 15 lotes comunitários, totalizando 249 lotes, sendo que até setembro de 2004 haviam 178 famílias assentadas, que receberam no dia 24 de setembro de 2002, os títulos definitivos dos lotes. A área, apesar de estar localizada em uma região rochosa da Serra da

Bodoquena, tem bom índice de fertilidade. Em relação às atividades agropecuárias, os assentados plantam (subsistência) arroz, mandioca, milho, feijão e criam rebanho bovino essencialmente para produção de leite, o qual é destinado ao mercado local (IDATERRA, 2001). Há também atividades turísticas no local, ainda insipientes, tal como pode ser constatado pela recente mobilização dos assentados da Linha do Rio Salobra na criação de uma Associação de Moradores da Linha do Rio Salobra, visando organização para o recebimento de turistas.

Quatro linhas de acesso (estradas abertas seguindo o leito dos rios) dividem o assentamento, Linha do Palhadão, Linha do Córrego Seco, Linha do Córrego Azul e Linha do Salobra, sendo esta última considerada a linha de maior potencial turístico em decorrência da presença do Cascata Veu de Noiva sob a face da formação rochosa chamada “Boca da Onça” (Anexo B, figura B.3). A figura 5.4, apresenta localização do assentamento em relação ao PNSB e o município de Bodoquena.

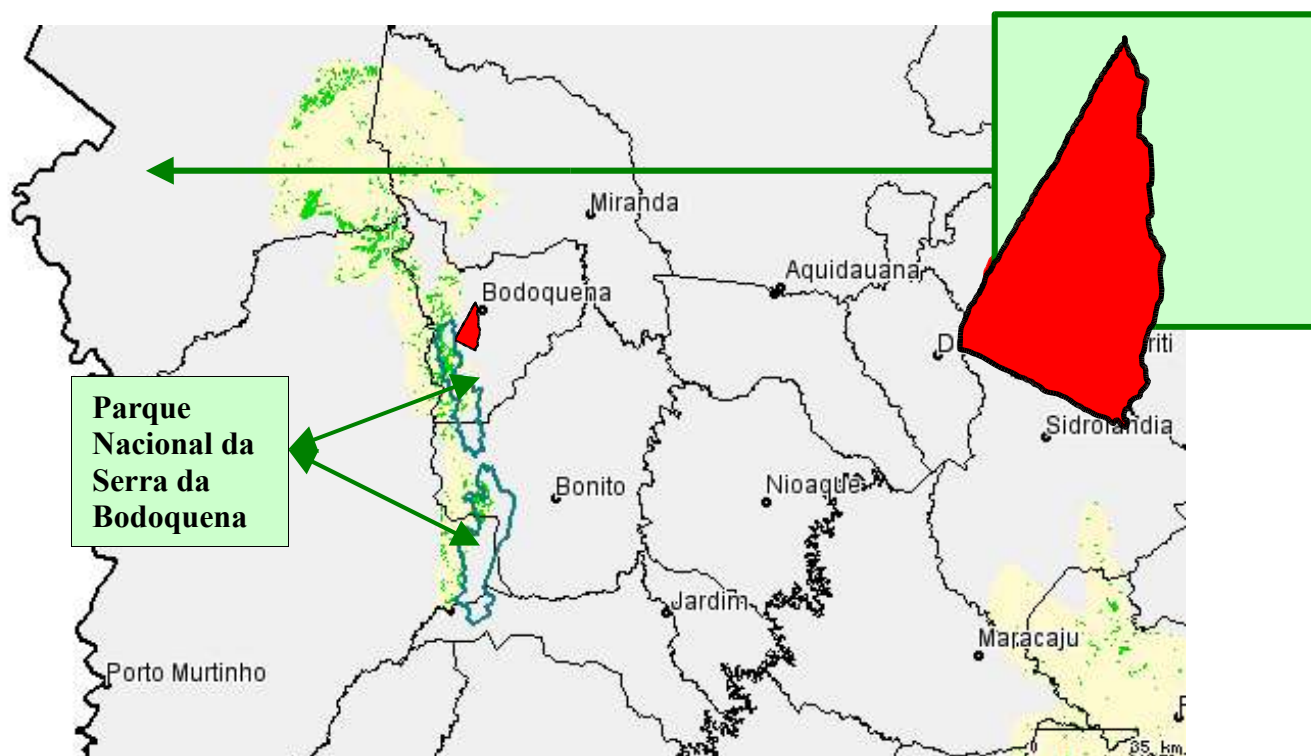


Figura 5.4 – Localização do P.A. Canaã (IDATERRA,2001)

#### 4. REFERENCIAL TEÓRICO

Após a Conferência de Estocolmo (1972), realizada entre 5 e 16 de junho de 1972 com o objetivo de promover uma discussão internacional sobre assuntos econômicos, sociais, políticos e ambientais, o desenvolvimento e o meio ambiente passam a ser vistos pela sociedade como compatíveis em seus objetivos. Desta forma, o desenvolvimento econômico desde que sustentável, torna-se reconhecidamente fundamental no desenvolvimento sócio-ambiental de uma nação (McCormick, 1992).

O balanço entre estas diversas dimensões e aspectos que compõe as bases para uma ação governamental coerente, pode resumir o desenvolvimento sustentável em três objetivos fundamentais: 1) Econômico: produção de bens e serviços; 2) Ambiental: conservação e prudente gerenciamento dos recursos naturais; 3) Social: a manutenção e melhoria da qualidade de vida (Kumar & Murk, 1992; McCormick, 1992). A criação de um futuro sustentável envolve uma mudança fundamental no balanço destas diferentes necessidades, valores e adoção de um novo paradigma operacional baseado na saúde e nas relações sustentáveis homem-planeta, o resultado então será o “desenvolvimento sustentável” como riqueza comum de valores (figura 3.1).

Segundo Sepúlveda & Edwards (1997), o tratamento multidimensional da sustentabilidade é apenas o reflexo da complexa realidade do sistema e de cada um de seus componentes que se pretende trabalhar. Entretanto, os autores reconhecem que cada dimensão tem suas características próprias a qual por sua vez, está condicionada e condiciona as outras dimensões. Apesar disso, as dimensões são apresentadas de forma separada, com fins didáticos, para facilitar o entendimento. Outro aspecto importante é o de que as inter-relações entre as variáveis de diferentes dimensões podem ser tão importantes quanto as variáveis de uma dimensão isolada (Carmo, 2003).

A nova perspectiva da sustentabilidade, no âmbito da agricultura, requer também uma nova forma de gestão de uso da terra. O velho olhar, que se restringe apenas a uma unidade de produção, isolada do ecossistema e da microbacia na qual está inserida, não é capaz de dar conta da construção de estratégias que conduzam os sistemas de produção agrícola à sustentabilidade. Assim também como não é possível se pensar ou planejar "de fora" projetos ou programas de desenvolvimento rural local, deixando de partir da realidade sociopolíticas e cultural dos agricultores que ali vivem e produzem (Carmo, 2003).

A construção teórica, para a seleção dos indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção formulada por Altieri (1989), propõe quatro fatores ou critérios fundamentais para a sustentabilidade: produtividade, estabilidade, equidade e resiliência.



Acrescentou-se posteriormente outro fator, a autonomia, proposto por Fernández (1995), na avaliação de sustentabilidade. Estes critérios representam condições internas ou de relação com o exterior que podem restringir ou impulsionar os processos de desenvolvimento em direção à sustentabilidade (Moura, 2002):

- a) Produtividade – é o resultado do produto valorizado em relação ao ingresso de recursos. Quando se está avaliando a viabilidade dos agroecossistemas convencionais se mostra evidente que, se historicamente, a introdução de novas tecnologias tem incrementado significativamente a produtividade a curto prazo, também tem reduzido em igual ou maior medida a estabilidade, equidade e a sustentabilidade a longo prazo de todo agroecossistema.
- b) Estabilidade – é a constância de produtividade diante de forças perturbadoras que surgem das flutuações e dos ciclos normais no ambiente circundante.
- c) Equidade – é o grau de igualdade de distribuição da produtividade do sistema agrícola entre os beneficiários humanos.
- d) Autonomia – permite o conhecimento do nível de controle interno sobre o funcionamento dos agroecossistemas. A autonomia está relacionada ao grau de integração do agroecossistema, refletido no fluxo de materiais, energia e informação entre suas partes constituintes e entre o sistema e o ambiente externo, e com o grau de controle sobre estes fluxos. A autonomia é avaliada na medida em que o agroecossistema possui a capacidade interna para administrar os fluxos necessários à manutenção da produção ou demanda de recursos externos para manter a produção.
- e) Resiliência: também chamada de capacidade homeostática, é uma definição captada da física. É a capacidade de um corpo recuperar sua forma e seu tamanho original, após ser submetido a uma tensão que não ultrapasse o limite de sua elasticidade. Resiliência, em se tratando de ecossistemas, “é a capacidade do ecossistema flutuar dentro de certos limites e voltar ao seu estado original depois de uma perturbação” (CEPAL/PNUMA, 1994).

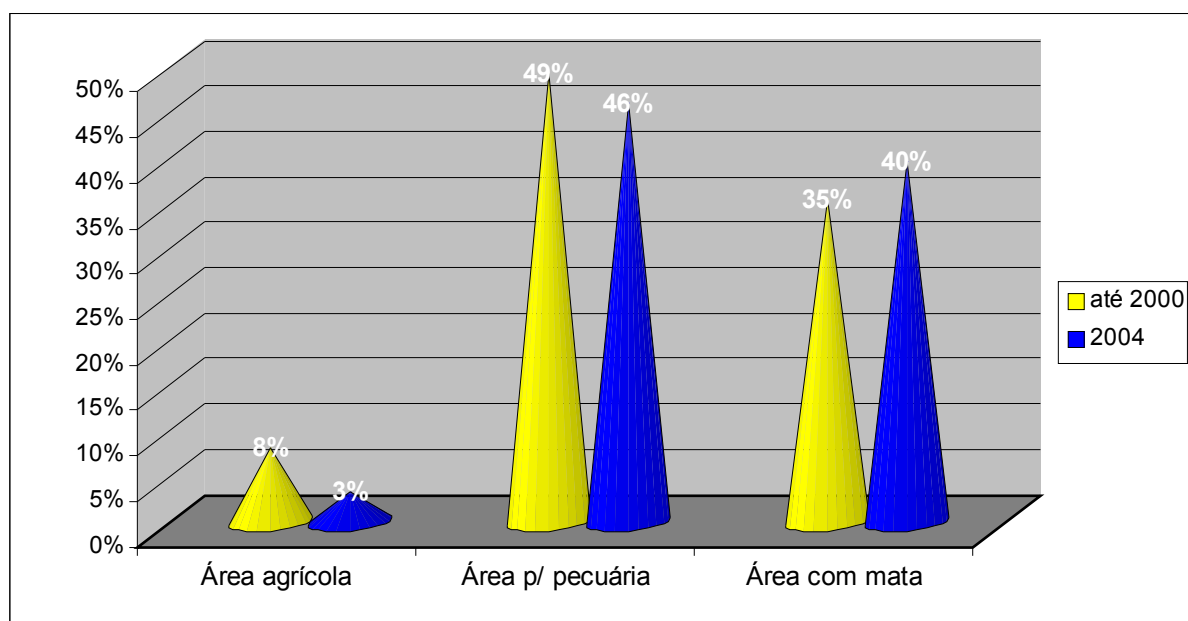
Em geral, a última década assistiu a uma rápida evolução da política ambiental e crescentemente se questiona a tomada de decisão ambiental, não por falta de mecanismos legais ou instrumentos metodológicos, ou mesmo de soluções operacionais para resolver problemas críticos de degradação ambiental, mas pela implementação efetiva destes. Permanecem, porém, questões ligadas à integração do ambiente com as esferas econômicas e

sociais, e muitos esforços têm sido dedicados à melhoria dos procedimentos, visando a mudanças nos processos decisórios e valores subjacentes dos setores públicos voltados ao desenvolvimento sustentável (Carmo, 2003).

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

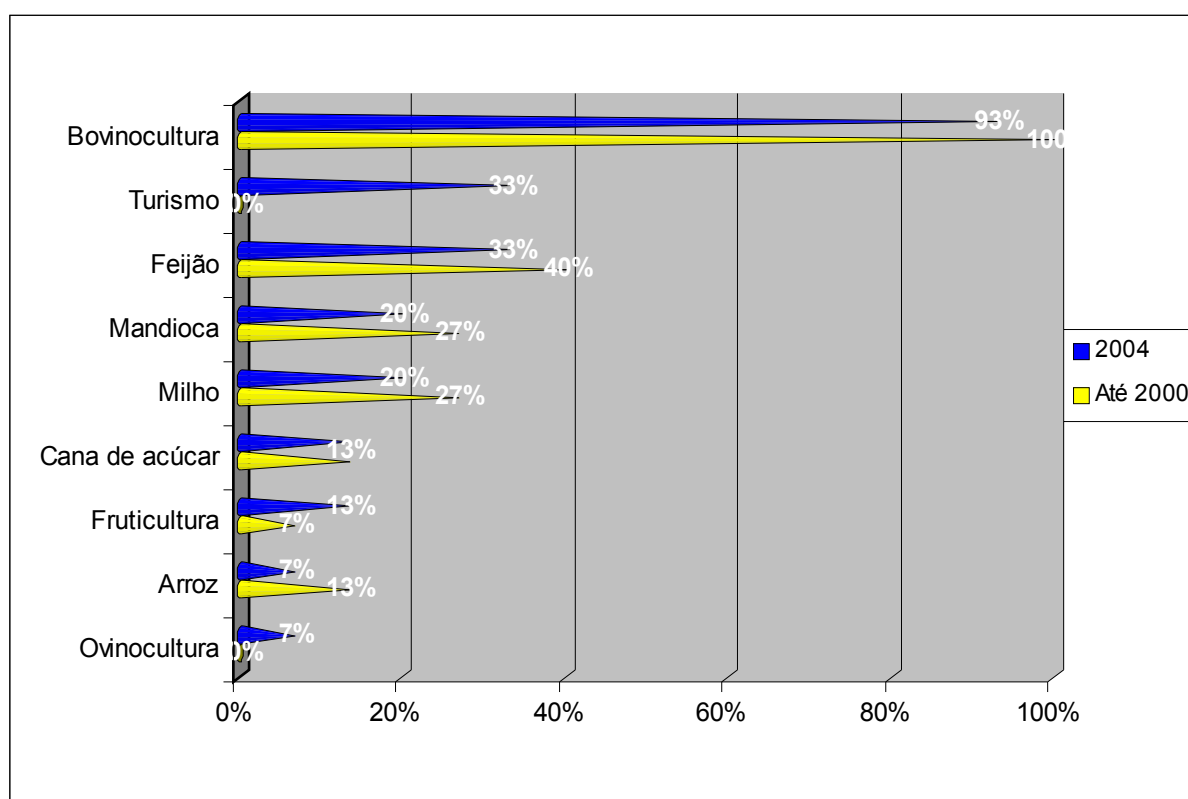
### 5.1. Dimensão econômica

Na composição média dos lotes analisados nesta pesquisa destaca-se a significativa reserva de áreas destinadas a bovinocultura no Assentamento Canaã. Conforme os dados, o lote médio atual apresenta 36,45 hectares de área, deste sendo destinados 16,73 hectares para a bovinocultura (Leiteira e de corte). Pode-se observar, conforme figura 5.1, que atualmente apenas 3% (1,17 hectares) do total das áreas dos lotes analisados (situação em 2004) são dedicado à agricultura, ou seja, configurando-se em uma atividade de subsistência para as famílias residentes. Quando se comparando com período anterior à criação do PNSB, percebe-se claramente uma diminuição das áreas agrícolas plantadas que representavam 8% do lote médio contra 3% atuais, também sendo perceptível um maior índice de preservação das matas do lote, que passaram de 35% de preservação para 40% do lote médio atual. A bovinocultura manteve-se praticamente estável, apenas variando de 49% para 46% no atual período, porém também sentido um pequeno reflexo ante a criação do PNSB.



**Figura 5.1 – Utilização da área total** (elaborado pelo autor)

Das atividades executadas nos lotes declaradas pelas famílias, a bovinocultura (corte e leite) é citada por 93% dos entrevistados, tendo ampla distância das outras atividades, entretanto verifica-se uma pequena queda deste percentual quando se comparando com o período anterior à criação do PNSB, onde a atividade era praticada por 100% dos entrevistados. O turismo destaca-se por aparecer atualmente como a segunda atividade mais praticada, com 33% dos assentados declarando desempenhar a atividade no lote, ou seja, quatro anos após a criação do PNSB, a atividade que não era praticada por nenhum dos entrevistados, cresceu rapidamente e tornou-se uma representativa alternativa de renda para os assentados. Outra atividade que desponta como uma recente opção de renda é a ovinocultura, já sendo citada por 7% pelos entrevistados, sendo que em respostas espontâneas dos assentados pôde identificar a intenção de iniciar tal atividade. A figura 6.2 apresenta um comparativo entra as atuais e antigas atividades (até 2000 e em 2004) citadas como desenvolvidas pelos assentados nos lotes do P.A. Canaã:



**Figura 6.2 – Atividades desenvolvidas nos lotes (elaborado pelo autor)**

Torna-se mais difícil o balanceamento entre a tradição local e a natureza em função de apenas 13% (em ambos os períodos, 2000 e 2004) dos entrevistados declararem produzir conforme orientação técnica, configurando-se em um problema que inicialmente afeta a

dimensão ambiental, pois nem sempre as técnicas tradicionalmente praticadas permitem a proteção dos recursos naturais, afetando também a dimensão econômica, pois a orientação técnica especializada pode oferecer ferramentas que aumentem a produtividade ou que se adequem às especificidades da região.

O conhecimento tradicional ainda está muito arraigado na comunidade e as ações das ong's e dos órgãos do Estado tem sido insuficientes para alterar tal realidade. Mesmo em queda, o índice de uso de técnicas baseadas nos hábitos tradicionais, deve ser questionado e confrontado com técnicas mais adequadas à realidade da região, sob pena de uma degradação ainda maior das qualidades naturais do assentamento.

## **5.2. Dimensão ambiental**

A análise do comportamento de preservação e conservação ambiental trouxe um confronto entre “pretensões” e “ações”. Se a tendência, segundo a pesquisa, é que todos aparentemente estão preocupados em proteger a natureza e pensam de alguma proteger e conservar os recursos disponíveis, percebe-se já no primeiro questionamento deste item que, 33% das famílias ainda utilizam algum tipo de agrotóxico em suas atividades agrícolas ainda remanescentes, percentual que já atingiu a casa dos 80% no período anterior ao ano de 2000.

Constata-se também uma diminuição substancial dos que ainda utilizam o fogo em suas atividades, apenas 20% declarando que “às vezes” utilizam tal prática, sendo que até o ano de 2000 este percentual era de 47%, agravado ainda pelo uso freqüente do fogo declarado por 27% dos entrevistados (figura 6.11). Já em relação à erosão, são identificados poucos focos, muito em função da tipologia do solo, caracterizado por contínuas extensões de rocha. È perceptível, em pontos isolados, tal como no lote n.º 34, acentuada erosão na área, mas que não chega a tornar-se um problema de eminente preocupante para região.

Analisando-se o destino do lixo doméstico, também é possível observar outro comportamento preocupante, pois 33% dos entrevistados disseram que jogavam seu lixo doméstico no mato (2000), sendo 27% (2004) ainda continuam com essa prática, demonstrando extrema displicência ou ingenuidade a respeito do poder de regeneração da natureza (ver figura 6.13). Constata-se que o ato de não jogar o lixo doméstico no mato deve-se mais à fiscalização do que propriamente à consciência ambiental, sendo este também um fator ligado aos hábitos tradicionais, ainda não devidamente modificados por falta de orientação técnica ou educacional.

Entre diversas posturas, ações e reações em relação ao Parque, preservar ou não preservar, para que e por que preservar, e as contradições evidentes de um grupo em que ainda são utilizadas ações de desmatamento e queimadas e teve suas atividades, pelo menos legalmente, norteadas pela legislação dos Parque Nacionais, a última pergunta deste tópico refere-se a saber se as famílias são “contra” ou “à favor” do Parque, pretendendo-se analisar a real dimensão do impacto do PNSB sobre as famílias assentadas.

Neste sentido, constatou-se que 87% dos entrevistados são a favor do Parque e outros 13% são contra ou apresentam postura indiferente. O intrigante dado revela que, apesar de 60% dos entrevistados considerarem que o PNSB coloca dificuldades para o desenvolvimento dos trabalhos dentro dos lotes, a maioria esmagadora posiciona-se a favor do Parque, o que reforça o entendimento de que os assentados “percebem” a importância de preservar e conservar a natureza, contanto que, segundo dados deste questionamento, sejam apresentadas novas formas de subsistência econômica para as famílias residentes na região. Dos que se declararam contra ao Parque, a razão principal se refere à rigorosa legislação ambiental estabelecida desde sua criação. Já quem se declara a favor, apresenta a proteção da natureza como principal razão.

Ao mesmo tempo em que o habitante tradicional ainda preserva algumas atividades degradantes, percebe que é fundamental preservar e conservar, para o presente ou para o futuro, os recursos naturais ainda remanescentes, também percebendo que é preciso encontrar alguma alternativa econômica compatível com os objetivos do parque, o que possivelmente será para algumas “Linhas”, tal como da “linha do Salobra”, a opção do turismo rural, ou para outras, sem tanta vocação para o turismo mas com imenso potencial para o desenvolvimento de culturas agroecológicas. Seja qual for o caminho a ser seguido, o fato é que presença do PNSB norteará, a partir de sua completa implantação prevista para 2006, as ações e atividades desempenhadas por uma considerável parte das famílias assentadas no P.A. Canaã. As mobilizações sociais poderão ser observadas no tópico seguinte que conta com a análise da participação institucional das famílias, em especial analisando-se o potencial de associativismo para enfrentar os desafios comuns originados em decorrência da implantação do PNSB.

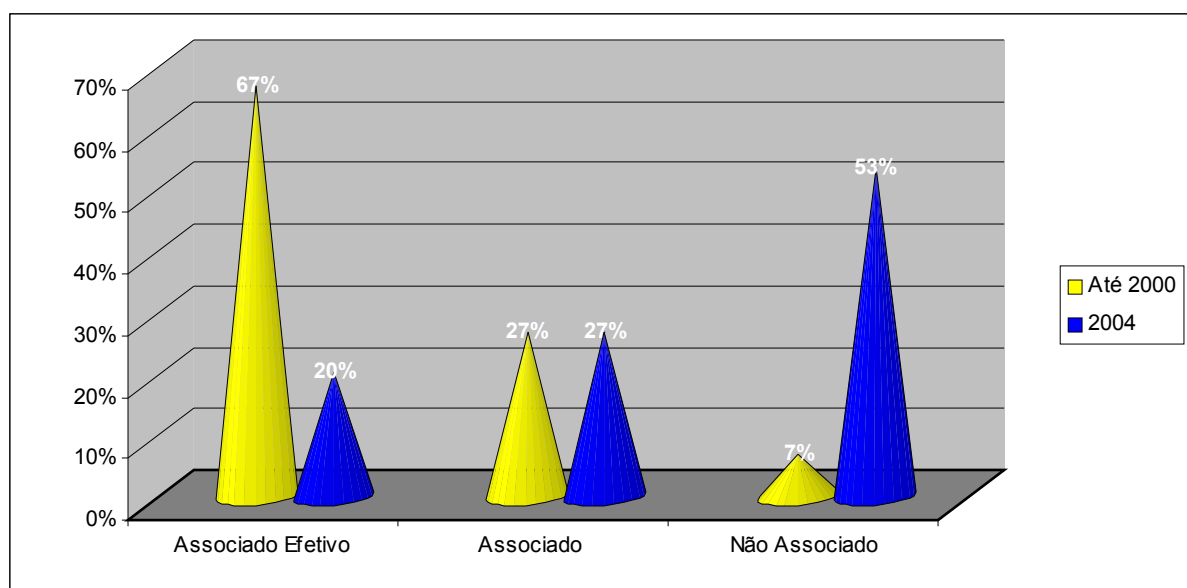
### **5.3. Dimensão social**

Após o recebimento do título definitivo dos lotes, em dia 24 de setembro de 2002, segundo relato dos entrevistados, a Associação dos Agricultores do Projeto de Assentamento

Canaã perdeu sua força, esvaziando-se e não tendo mais a representatividade juntos aos órgãos institucionais para fins de obtenção de crédito e outros benefícios para a população local. Neste sentido a comunidade passou a procurar outras formas de associação e até organizar-se no intuito de criar novas instituições mais fortes e representativas, tal como pode ser observado no exemplo das famílias assentadas ao longo do Rio Salobra, as quais iniciaram o processo de criação de uma associação visando organização para a implantação do turismo rural na região, formalizando assim uma associação com objetivos claros de formação de uma estrutura para a constituição de uma “pequena indústria do turismo”.

A criação da “Associação dos Morados do Rio Salobra” em agosto de 2004, contando com 40 associados, já é um efeito direto da criação do PNSB, notadamente pelo fluxo considerável de pessoas na região, especialmente na linha do Salobra (margem do rio Salobra que corta o assentamento), que surgem em busca de opções de lazer e contato com a natureza. Nas outras linhas, embora não apresentem o mesmo “apelo turístico”, há opções que variam desde grutas e cavernas ainda não exploradas à apreciação da exótica vegetação existente.

Nota-se porém, que o índice de participação em associações, conforme a amostragem, não ultrapassa a casa dos 50%, ou seja, mais da metade dos moradores não estão ligados a nenhuma associação, o que denota baixo grau de envolvimento da comunidade e uma certa desorganização, colocando as famílias em situação de frágil relação quando da busca de seus direitos. Na figura 6.14 estão demonstrados os dados relativos à participação em associação, observando-se que 53% declaram não participar de associações, um cenário bem diferente quando comparado com o período até o ano de 2000, quando 93% dos entrevistados participavam da associação local.



**Figura 6.14 – Participação em associação** (Elaborado pelo Autor)

#### **5.4. Outras Implicações Detectadas**

Nas entrevistas com os assentados e com os técnicos do Idaterra/MS, detectou-se que houve valorização das terras em até 50% (R\$ 3.000,00 para R\$ 4.500,00 em média por hectare), identificados especialmente na linha do Salobra que é considerada área com maior beleza cênica, sendo que a maioria dos títulos de posse desta linha já foram vendidos para pessoas físicas e/ou jurídicas interessadas na implantação da indústria do turismo na região. A valorização em si é atribuída a presença do PNSB, o qual vem despertando interesse de investidores para a aquisição de áreas localizadas no entorno que notadamente receberão um fluxo considerável de turistas em decorrência da abertura oficial do Parque.

Através de relatos espontâneos e informais do assentados pôde ser constatada a fixação do jovem na área rural e até o retorno de outros que já eram residentes nas áreas urbanas, eminente em função, segundo que relatos que ainda precisam de maior comprovação, das expectativas geradas pela criação do PNSB e seus benefícios relacionados à dimensão econômica. De certa forma é perceptível um determinado fluxo migratório em função da implantação do Parque e sua respectiva abertura para visitas, envolvendo normalmente todos os integrantes das famílias, residentes ou não no assentamento.

Porém a implicação mais evidentemente comprovada, trata-se das perdas geradas, sejam materiais ou culturais, pelo atual processo de regularização fundiário conduzido pelas instituições governamentais responsáveis. As famílias residentes nos 32 lotes inseridas dentro do PNSB ainda não tem um destino claramente especificado, desconhecendo se haverá transferência para outra área de semelhante valor financeiro, cultural e natural, ou se haverá o pagamento a título de indenização pagos em módicos R\$ 500,00 por hectare como é o previsto pelo IBAMA. De uma forma ou de outra as famílias ainda sairão perdendo pois terão de abandonar suas terras tradicionalmente reconhecidas como “lar” e que durante longos anos tem sido estruturadas para a composição das unidades produtivas, desde a construção de imóveis para a moradia à formação de áreas para cultivo de subsistência.

#### **5. Conclusões**

Os indícios imediatos de implicações resultantes da criação do PNSB para a comunidade de assentados do P.A. Canaã identificados na pesquisa foram basicamente: a) redução da área dos lotes destinadas para a atividade agrícola de hectares, b) valorização financeira das áreas

do assentamento, c) surgimento do turismo como alternativa econômica em determinadas “Linhas” do assentamento e conseqüente impulso do associativismo com fins de preparação para o fluxo de turistas na região, d) perdas para os 32 no processo de regularização fundiária do PNSB, no qual o foram oferecidos apenas R\$ 500,00 por hectare, não sendo permissível que as famílias residam dentro do parque, e) maior preservação da floresta ainda remanescente, f) redução do uso do fogo, desmatamento e agrotóxicos (indiretamente), g) maior preocupação, por parte dos assentados, em preservar a natureza, ainda que função da fiscalização, h) indícios de fixação ou retorno do jovem à propriedade rural em função de um nova perspectiva de desenvolvimento econômico proporcionada pela criação do PNSB.

A fiscalização institucional não foi capaz de isoladamente reverter os aspectos ligados aos costumes e tradições da região. Será preciso, além de coibir a degradação dos recursos naturais, também promover um amplo programa de educação ambiental prevenindo ações depredatórias que possam descaracterizar a beleza cênica da região e esgotar os recursos também necessários a subsistência das famílias residentes.

O assentamento caminha para uma iminente descaracterização, seja pelas vendas dos lotes a investidores ávidos pelos ganhos do fluxo turístico, seja limitação legais em relação a abertura de novas áreas para o plantio e criação de gado, seja pela subestimação e até desinteresse dos órgão competentes legais em promover ações de desenvolvimento sustentado para a região objetivando também privilegiar as famílias de assentados mais carentes, seja pelo aparente privilégio não ações voltadas para as áreas da região de Bonito, seja até pela extrema situação de miséria em que se encontram algumas famílias no P.A. Canaã, sendo estes impossibilitados pela cegueira institucional de manter sua subsistência e poder auferir também benefícios dado o imenso potencial econômico que se evidencia na região.

Se há, ou houve implicações, estas quando inevitáveis, devem transformar-se em oportunidades de desenvolvimento. Porém, para a população tradicional do assentamento, coagida a aceitar decisões governamentais retardatárias e sem planejamento, a palavra “oportunidades” associa-se diretamente a alimentação, moradia e educação e “futuro digno”, o que aparentemente à luz das aspirações institucionais não passa de impecilho ao pleno desenvolvimento da região, ou seja, é mais fácil livrar-se do problema do que propriamente resolve-lo.

Como modelo de sustentabilidade, a relação PNSB X P.A. Canaã, trilhará pelo inevitável caminho das grandes pousadas e balneários (caminho louvável aliás), caberá aos assentados que ainda resistirem assistir os melhores postos de trabalho serem ocupados pelos trabalhadores mais “qualificados” oriundos dos grandes centros (o que também é louvável) e



ao final restará apenas uma lembrança em suas memórias e um profundo sentimento de vazio, do que poderia ter sido feito e não foi e das oportunidades perdidas pela negligência das ações governamentais e por que não, também não governamentais.

Espera-se, através dos indícios de implicações levantadas, que se possa contribuir para o despertar de futuras pesquisas que possam aprofundar o estudo da relação PNSB & P.A.Canaã, afim de que a comunidade de assentados no entorno do Parque também possa auferir, através de atividades sustentáveis, benefícios nas dimensões sociais, ambientais e econômicas, proporcionando um pleno balanço entre necessidades humanas e necessidades de preservação e conservação dos recursos naturais.

## **7. Referências Bibliográficas**

ALTIERI, M.A. Agroecologia: as bases científicas para a agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989. 433p.

BACHA, Carlos José Caetano. As Unidades de Conservação do Brasil. São Paulo: ESALQ/USP, 1992, Mimeo.

BARTARCE, Ana Paula Archanjo; MORETTI, Edvaldo César. A criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Parte da dissertação de mestrado realizada junto ao programa de mestrado em geografia da UFMS, que está em fase de finalização, intitulada: “ a implantação do parque nacional da serra da bodoquena e as transformações territoriais”.Dourados/MS: UFMS, 2004. In: [www.cibergeo.org/agbnacional/VICBG-2004/Eixo2/E2\\_054.htm](http://www.cibergeo.org/agbnacional/VICBG-2004/Eixo2/E2_054.htm), acessado em 12/06/2004, 01:00h.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima, BURSZTYN, Maciel (organizadores). Subsídios a elaboração da agenda 21 brasileira – Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e do Recursos Naturais Renováveis; Consórcio CDS/Unb/Abipit,2000.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Prefácio. In: COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, 1991, 2º ed.

CARMO, Luiz Eduardo Abbady. Impacto de Políticas Públicas na Sustentabilidade Socioambiental: O Caso do Pró-Guaíba no Município de Segredo-RS. 2003, 209p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Ciências Econômicas, Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Rural.

CUNNINHAM, Wilham P. CUNNINHAM, Mary Ann. SAIGO, Bárbara Woodworth. Environmental Science: A Global Concern, New York: Macgraw-Hill, 2001, 7º ed.

DIEGUES, Antônio Carlos S. NOGARA, Paulo. O nosso Lugar virou um parque: estudo sócio ambiental do Saco de Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAUB/Cemar – Usp, 1994, 187p.

DIEGUES, Antônio Carlos S. Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O mito da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994, 81p.

FERNÁNDEZ, X. S. A sustentabilidade nos modelos de desenvolvimento rural: uma análise aplicada de agroecossistemas. 1995. 265 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Vigo, Departamento de Economia Aplicada. Lagoas-Marcosende.

GIL, Antônio C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1999.

IDATERRA/MS - Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul. Projeto de Assentamento Gleba Canaã: Reconhecimento do assentamento junto ao Incra. Campo Grande: IDATERRA/MS, Processo 21/013.287/2001, 2001

KUMAR, Rangit, MURK, Bárbara. Our Common Ground: Managing Human Planet Relationship. Ontario: John Wiley & Sons, 1992.

MCCORMICK, john. Rumo ao Paraíso:A história do movimento ambientalista. Trad. M.A.E. Rocha & R. Aguiar. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992 224p.

SEPÚLVEDA, S. & EDWARDS, R. (org.). Desarrollo sostenible: agricultura, recursos naturales y desarrollo rural. San José, C.R.: BMZ/GTZ/IICA. Série Publicaciones Miscelâneas/IICA, 494 p. 1997.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – WCED. Our Commom Future. Oxford: Oxford University Press, 1987.